



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**2ª Prova - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 04/agosto/2007**

PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CIVIL.

**INSTRUÇÕES**

1. Cada pergunta terá peso 1 (um).
2. Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
3. Numere as respostas de acordo com as questões.
4. Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta. Não use caneta hidrográfica (ponta porosa).
5. Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará a eliminação do candidato.
6. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
7. É vedada a utilização de legislação **comentada e anotada**, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos (sem comentários ou notas explicativas) e Legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
8. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de corretivos e, na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
9. O prazo de 04 (quatro) horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
10. As respostas devem ser objetivas, redigidas em, no máximo, 40 (quarenta) linhas.
11. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora sobre as questões da Prova.
12. Fica proibido, durante a prova, o uso de aparelhos eletrônicos ou telefones celulares.
13. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas. Caso deseje fumar, deverá, solicitar o acompanhamento de fiscal para saída da sala.
14. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
15. O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da Prova na Sala Central.

**BANCA EXAMINADORA**

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta  
Juíza BEATRIZ DE LIMA PEREIRA  
Advogado DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI (OAB)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Justiça do Trabalho - 2ª Região

1

XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO  
2.ª PROVA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 4 DE AGOSTO DE 2007

1. O trabalhador propõe Reclamação Trabalhista contra determinada empresa, aduzindo que lhe prestou serviços na condição de empregado, mas que, com o intuito de fraudar seus direitos trabalhistas, o obrigou a se filiar a uma cooperativa de prestadores de serviço, mascarando a real natureza da prestação de serviços. Pede o reconhecimento do vínculo de emprego e o pagamento de todas as verbas decorrentes desse contrato de trabalho em face da empresa indicada.

Pergunta-se:

- a) É possível o processamento regular da reclamação trabalhista referida, sem a inclusão no pólo passivo da cooperativa à qual se filiou o trabalhador?
- b) É possível admitir a denunciação da lide, alegada em defesa pela empresa, da cooperativa para o fim de integrar a lide?
- c) Sendo admitida a integração à lide da cooperativa, qual seria a natureza de sua responsabilidade, na hipótese da ação ser julgada procedente quanto à existência do vínculo de emprego com a empresa que tomou os serviços?

2. Empregado de autarquia federal, aprovado mediante concurso público, mas contratado pelo regime da CLT, é dispensado sem justa causa.

Pergunta-se:

- a) O empregado público goza da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal?
- b) Em caso positivo, é cabível, contra o ato da autoridade autárquica federal, mandado de segurança para que o empregado seja reintegrado imediatamente e qual a autoridade judicial competente para conhecer desse mandado de segurança?
- c) Em caso negativo, qual a medida judicial cabível para a obtenção de ordem judicial de reintegração no emprego público?

3. Considerando o teor do § 4º do art. 515 do CPC, introduzido pela Lei 11.276 de 07.02.06, pergunta-se:

- a) Tal disposição é aplicável no processo do trabalho? Justifique a resposta.
- b) Cite uma hipótese concreta de aplicação dessa regra processual.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Justiça do Trabalho - 2ª Região

2

XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO  
2.ª PROVA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 4 DE AGOSTO DE 2007

**4.** Considerando a disposição do inciso III do art. 114 da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho é competente para a ação de cobrança da contribuição sindical proposta por sindicato patronal contra empresa pertencente à categoria econômica respectiva?

- a) Em caso positivo, qual o rito processual adequado?
- b) É possível a ocorrência de cumulação de pedidos, como a cobrança de contribuição assistencial e confederativa na mesma ação?
- c) Não cuidando a hipótese de típica reclamação trabalhista, o Juiz do Trabalho deverá designar audiência de conciliação e julgamento?
- d) Em caso positivo, como deverão, o sindicato e empresa, ser representados na audiência de conciliação e julgamento?

**5.** A Prefeitura do Município de São Paulo, mediante prévia licitação pública, contrata uma empreiteira para a realização de reformas nas escolas da rede municipal de ensino. O empreiteiro contratado não honra as obrigações trabalhistas de seus empregados, deixando de pagar horas extras e de recolher o FGTS devido.

Pergunta-se:

- a) Nessa hipótese a prefeitura figura como dona da obra ou tomadora de serviços?
- b) Em qualquer das hipóteses anteriores, qual a natureza da responsabilidade da prefeitura perante os empregados da empreiteira?
- c) Aplica-se ao caso a regra do art. 71 da Lei 8.666, de 21.06.93?

**6.** Considerando o teor do § 3º do art. 71 da CLT, é legal e constitucional a edição de portaria do Ministro do Trabalho autorizando, indistintamente, todas as empresas do Brasil a reduzir o limite mínimo de uma hora de intervalo para repouso e alimentação, desde que haja negociação coletiva?

- a) A respeito desse tema, a hora paga com o acréscimo de 50%, conforme previsão do § 4º do mesmo art. 71 tem a mesma natureza de hora extra?

Em caso negativo, qual a natureza e as conseqüências jurídicas daí decorrentes?



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Justiça do Trabalho - 2ª Região

3

XXXIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO  
2.ª PROVA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 4 DE AGOSTO DE 2007

7. Empregado do sexo masculino, mas participante de uma união estável homossexual, adota legalmente uma criança com dois meses de vida. Em consequência, requer ao empregador licença nos moldes do art. 392-A da CLT, mas seu pedido é negado. O referido empregado, diante da negativa, propõe reclamação trabalhista, pleiteando a licença. Como Juiz, qual seria a sua decisão para o caso?

8. O que é procedimento monitorio? Discorra sobre o tema e esclareça se é admissível no processo do trabalho.

9. Empregado dispensado sem justa causa, não recebe as verbas decorrentes da rescisão, cujo valor total é de R\$ 3.470,00. A empresa devedora encerrou suas atividades e seus sócios desapareceram.

Pergunta-se:

a) Considerando o valor da causa, acima mencionado, e a necessidade de citação da empresa ré por edital, qual o rito processual que deve seguir a reclamação trabalhista?

b) O Juiz da Vara pode corrigir, de ofício, o rito processual adotado, quando há equívoco do autor da demanda?

c) Em caso positivo, qual o fundamento jurídico ou legal que autoriza o Juiz a fazer a adequação do rito?

10. Considerando o teor do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, o empregador, réu na reclamação trabalhista, pode obter os benefícios da Justiça Gratuita, deixando de pagar as custas processuais para recorrer da decisão condenatória? Em caso positivo, também fica isento do depósito recursal a que se refere o § 1º do art. 899 da CLT?